

a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, a Medalha de Mérito Profissional.

Governo de Macau, aos 13 de Agosto de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

---

**Portaria n.º 236/93/M**

**de 23 de Agosto**

Considerando que o subchefe n.º 3741, Fernando Vítor Gaspar, há mais de 18 anos que presta serviço efectivo na Polícia Marítima e Fiscal, de forma exemplar;

Considerando que, ao longo da sua carreira, se tem sempre evidenciado pelo notável zelo, competência e elevado sentido das responsabilidades, espírito de bem servir e grande dedicação no desempenho dos diversos encargos que lhe foram atribuídos, tudo isto aliado a uma postura muito correcta e disciplinada e a um temperamento afável, que o tornam merecedor da estima e consideração dos que com ele privam;

Reconhecendo as excelentes qualidades demonstradas por este graduado em todas as situações em que tem servido, que o creditam como um profissional de elevado mérito;

Nestes termos, no uso da competência atribuída pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, o Governador manda:

Que ao subchefe n.º 3741, Fernando Vítor Gaspar, da Polícia Marítima e Fiscal, seja concedida, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, a Medalha de Mérito Profissional.

Governo de Macau, aos 13 de Agosto de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

---

**Portaria n.º 237/93/M**

**de 23 de Agosto**

Considerando que o subchefe n.º 1781, Orlando Fátima de Jesus César, presta serviço efectivo na Polícia Marítima e Fiscal há mais de 14 anos, de forma exemplar;

Considerando que este graduado se tem sempre evidenciado pelo grande dinamismo e entusiasmo com que se empenha para cumprir com eficácia as missões que lhe são atribuídas, a par de um notável sentido do dever e completa disponibilidade para o serviço, e ainda pela sua lealdade e espírito de camaradagem, granjeando a estima e consideração do restante pessoal e a confiança dos seus superiores;

Reconhecendo as invulgares qualidades demonstradas por este agente nas mais variadas situações em que tem servido, que o creditam como um profissional de elevado mérito;

Nestes termos, no uso da competência atribuída pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, o Governador manda:

Que ao subchefe n.º 1781, Orlando Fátima de Jesus César, da Polícia Marítima e Fiscal, seja concedida, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, a Medalha de Mérito Profissional.

Governo de Macau, aos 13 de Agosto de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

---

**Portaria n.º 238/93/M**

**de 23 de Agosto**

Considerando que o subchefe n.º 18811, Chan Sui Chung, presta serviço efectivo na Polícia Marítima e Fiscal há mais de 12 anos, de forma exemplar;

Considerando que, ao longo deste período, tem demonstrado sempre grande competência profissional, notável dedicação ao serviço e elevado espírito de disciplina, lealdade e integridade, atributos a que alia uma extrema correcção, afabilidade e modéstia no trato, impondo-se à estima e consideração de todos os que com ele privam e granjeando a confiança do Comando da Corporação;

Reconhecendo as invulgares qualidades evidenciadas por este graduado, que o creditam como um profissional de elevado mérito;

Nestes termos, no uso da competência atribuída pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, o Governador manda:

Que ao subchefe n.º 18811, Chan Sui Chung, da Polícia Marítima e Fiscal, seja concedida, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, a Medalha de Mérito Profissional.

Governo de Macau, aos 13 de Agosto de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

---

**Portaria n.º 239/93/M**

**de 23 de Agosto**

Considerando que o guarda de 1.ª classe n.º 8791, Ché Chi, presta serviço na Polícia Marítima e Fiscal há cerca de 14 anos, de forma exemplar;

Considerando que este agente tem demonstrado sempre um elevado sentido do dever, muita dedicação e permanente disponibilidade para o serviço, uma enorme vontade de aprender e de se aperfeiçoar, a par de grande espírito de disciplina e extrema correcção no seu relacionamento, impondo-se à consideração e

estima dos que com ele privam e granjeando a confiança dos seus superiores;

Reconhecendo as notáveis qualidades evidenciadas por este elemento ao longo da sua carreira, que o creditam como um profissional de elevado mérito;

Nestes termos, no uso da competência atribuída pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, o Governador manda:

Que ao guarda de 1.ª classe n.º 8 791, Ché Chi, da Polícia Marítima e Fiscal, seja concedida, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, a Medalha de Mérito Profissional.

Governo de Macau, aos 13 de Agosto de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

**Portaria n.º 240/93/M  
de 23 de Agosto**

Sob proposta do Conselho Judiciário de Macau;

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 112/91, de 29 de Agosto, no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 17/92/M, de 2 de Março, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador determina:

1.º São nomeados os juízes de direito dr. Viriato Manuel Pinheiro de Lima, dr. José Cândido de Pinho, dr. João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira e dr. João Carlos da Silva Abrunhosa de Carvalho para, em regime de comissão de serviço, exercerem o cargo de juiz dos tribunais de 1.ª instância de Macau.

2.º Sem prejuízo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 55/92/M, de 18 de Agosto, os magistrados referidos no número anterior consideram-se no exercício das suas novas funções a partir da data da vacatura do lugar a que cada um vier a ser afectado pelo Conselho Judiciário de Macau.

3.º Os encargos decorrentes da execução da presente portaria durante o corrente ano, que não tenham cobertura no orçamento da Direcção de Serviços de Justiça, serão satisfeitos por conta de dotações orçamentais a disponibilizar pela Direcção dos Serviços de Finanças.

Governo de Macau, aos 14 de Agosto de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

**Portaria n.º 241/93/M  
de 23 de Agosto**

Sob proposta do Conselho Judiciário de Macau;

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 112/91, de 29 de Agosto, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador determina:

1.º São nomeados o dr. Alberto Fernandes Brás e o dr. José Alberto Varela Martins para, em regime de comissão de serviço, exercerem o cargo de procurador junto dos tribunais de 1.ª instância de Macau.

2.º Sem prejuízo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 55/92/M, de 18 de Agosto, considera-se o dr. José Alberto Varela Martins no exercício das suas novas funções a partir de 31 de Outubro de 1993.

3.º São nomeados os delegados do procurador da República dr. Francisco José Pinto dos Santos, dr. Artur Manuel Amaral do Espírito Santo, dr. António Joaquim Rebelo Reis Lamego e dr. António José Ferreira Vidigal para, em regime de comissão de serviço, exercerem o cargo de delegado do procurador junto dos tribunais de 1.ª instância de Macau.

4.º Os encargos decorrentes da execução da presente portaria durante o corrente ano, que não tenham cobertura no orçamento da Direcção de Serviços de Justiça, serão satisfeitos por conta de dotações orçamentais a disponibilizar pela Direcção dos Serviços de Finanças.

Governo de Macau, aos 14 de Agosto de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

**Portaria n.º 242/93/M  
de 23 de Agosto**

Tendo sido adjudicada à empresa Construções Técnicas, S.A., a empreitada da «Pavimentação e drenagem da Avenida do Almirante Magalhães Correia (Areia Preta)», cujo prazo de execução se prolonga por mais do que um ano económico, torna-se necessário garantir a respectiva cobertura financeira.

Usando da faculdade conferida pela alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador manda:

Artigo 1.º É autorizada a celebração do contrato com a empresa Construções Técnicas, S.A., para a empreitada da «Pavimentação e drenagem da Avenida do Almirante Magalhães Correia (Areia Preta)», pelo montante de MOP 5 939 725,10 (cinco milhões, novecentas e trinta e nove mil, setecentas e vinte e cinco patacas e dez avos), com o seguinte escalonamento:

1993 .....	\$ 3 930 000,00
1994 .....	\$ 2 009 725,10

Art. 2.º O encargo, relativo a 1993, será suportado pela verba inscrita no capítulo 40 «Investimentos do Plano», código económico 07.04.00.00.08, acção 8.051.23.01, do orçamento geral do Território, para o corrente ano.

Art. 3.º O encargo, referente a 1994, será suportado pela verba correspondente, a inscrever no orçamento geral do Território desse ano.

Art. 4.º Os saldos que venham a apurar-se em cada ano, relativamente aos limites fixados no artigo 1.º da presente portaria,